



Contas do Sindsep/MA do exercício 2021 são aprovadas em Assembleia Geral

Em assembleia geral nesta quarta-feira, 30 de novembro, os servidores públicos federais no estado do Maranhão aprovaram as contas da diretoria do Sindsep/MA do ano fiscal exercício 2021.

Durante a assembleia foi feita a apresentação contábil das receitas e despesas do exercício 2021. Em seguida foi lido o parecer do Conselho Fiscal que encaminhou pela aprovação das contas. Logo após, o presidente João Carlos Martins, que estava dirigindo a reunião colocou em regime de votação, sendo aprovada

as contas sem ressalvas.

A assembleia ocorreu de forma híbrida, presencialmente no auditório da sede do sindicato, com a participação também de forma virtual pela plataforma google meet para atender os filiados remotamente.

“Esse é um momento importante para o sindicato, pois valoriza a contribuição dos associados usando os recursos de forma transparente e apresentando a nossa Base para apreciação”, afirmou o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins.



CUT e movimentos feministas se reúnem com equipe de Lula para criação de ministério

Mulheres de movimentos feministas se reuniram com equipe de transição para cobrar criação de Ministério das Mulheres e ratificação da convenção 190 da OIT que trata de violência e assédio nos locais de trabalho.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)

Governo Bolsonaro bloqueia mais R\$ 1,6 bi da saúde, que já está um caos

Equipe de transição de Lula estima que, apenas para garantir o mínimo funcionamento dos serviços públicos, ou seja, para atender as necessidades emergenciais, são necessários R\$ 22,7 bilhões

Depois que o grupo de transição indicado pelo presidente eleito, Lula (PT), para a área da **saúde** afirmou que, de acordo com os dados disponíveis até momento, o setor está um “caos geral”, que perdeu milhões em recursos, além da péssima gestão, o governo Jair Bolsonaro (PL) anunciou mais um bloqueio, de R\$ 1,65 bilhão, do orçamento do Ministério da Saúde. A medida pode travar a máquina pública no último mês da gestão de Bolsonaro.

A equipe de transição estima que, apenas para garantir o mínimo funcionamento dos serviços públicos, ou seja, para atender as necessidades emergenciais, são necessários R\$ 22,7 bilhões.

Mesmo assim, na última sexta-feira (25), o Ministério da Economia determinou ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que escolha quais áreas serão atingidas com o novo corte, que pode afetar ainda mais a execução de políticas públicas até o fim deste ano.

A ordem da equipe de Paulo Guedes, o comandando da combalida economia, é cortar verba das despesas discricionárias, ou seja, os recursos usados em programas como o Farmácia Popular, para a habi-



litação de leitos e na compra de medicamentos e insumos.

O governo já havia travado R\$ 2,23 bilhões da Saúde. Ou seja, o corte total desse tipo de verba vai a cerca de R\$ 3,8 bilhões.

No total, o governo Bolsonaro ordenou o bloqueio de cerca de R\$ 15,4 bilhões dos ministérios neste ano para evitar o estouro do **teto de gastos**. Na semana passada decidiu bloquear R\$ 5,7 bilhões do Orçamento de 2022 dos ministérios.

Outra pasta afetada com esse último corte é a da **Educação** que, segundo entidades ligadas da área vai perder cerca de R\$ 1,68 bilhão, sendo

que R\$ 244 milhões serão cortados de universidades, que, somado aos bloqueios anteriores, inviabiliza o funcionamento das universidades.

O Ministério do Trabalho e Previdência é outra vítima do corte de verbas. A pasta dispunha de R\$ 225 milhões, mas ficará com apenas R\$ 14 milhões para terminar o ano. O suficiente para pôr em risco o funcionamento de agências de atendimento aos cidadãos. Além disso, operações de fiscalizações trabalhistas e até de combate ao trabalho escravo podem sofrer paralisações.

Escrito por: Redação CUT
Edição: Marize Muniz